

A educação para o mercado de trabalho formando indivíduos alienados

Katherine Cortiana FAGUNDES¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo contemplar as propostas educacionais contidas no Plano de Desenvolvimento da Educação em relação ao ensino profissionalizante, para tanto, achei conveniente fazer, em um primeiro momento, uma breve exposição da situação econômica, política e social dos países capitalistas, tendo em vista, ser a educação moldada segundo as concepções ideológicas que estão pairando em determinado momento histórico.

Na segunda parte do trabalho, fiz uma breve retrospectiva histórica, discorrendo sobre o momento em que se deu a adoção do ensino profissionalizante no Brasil. Em seguida, disserto sobre as diretrizes propostas pela LDB 9394/96, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, enfatizando que tais medidas ganham espaço a partir da construção do PDE.

Para a elaboração deste trabalho utilizei os escritos de ALTVALTER, ANDERSON, AFONSO, AZEVEDO, BORÓN, CHESNAIS, FERRETTI, GENTILI, KRAWCZYC, MÉSZÁROS, OFFE, ROSAR, SANTOS e VALENTE.

Palavras- Chave: Neoliberalismo; Ensino Profissionalizante; PDE.

O Despertar do Neoliberalismo

¹ Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr) / UNESP – Universidade Estadual Paulista, Estado de São Paulo, Brasil. Contato: Rua Coronel Franco, 1789, Centro, Pirassununga/ SP. Tel: (19) 3562-4032 E-mail: katherine.cortiana@yahoo.com.br

“Alguma coisa esta fora da ordem, fora da nova ordem mundial” (Caetano Veloso).

A educação é moldada segundo as concepções políticas e econômicas que estão vigorando em determinado momento histórico, dessa maneira, para compreender as políticas públicas destinadas ao sistema educacional brasileiro, é preciso conhecer o cenário social, econômico e político ao qual esta inserida a sociedade contemporânea.

Tendo em vista a afirmação anterior, antes de fazer um esboço sobre o PDE e suas propostas para o ensino profissionalizante, farei uma breve apresentação do cenário social, político e econômico da contemporaneidade.

No ano de 1973 o mundo sofre com a crise do petróleo, que acaba afetando todos os países de economia capitalista. Esta crise deveu-se ao aumento abusivo, pelas nações árabes, do preço do produto. Com o valor do combustível em alta, o consumo e a produção caem abruptamente, provocando uma recessão no sistema.

Buscando a solução para a crise do capitalismo, novas teorias são propostas, em contraposição aos ideais Keynesianos, que vigoraram até 73, entrando em cena no pós-segunda guerra mundial, tentando recuperar o mercado que se encontrava destruído. Keynes formulador desta teoria defendia ter o Estado papel central para a recuperação da economia, com isso, ele passa a ser um agente protetor social e econômico. Neste período foram criadas muitas empresas públicas e se pensou bastante no bem estar social da população, havendo um investimento maciço em políticas públicas, fruto das lutas em defesa dos direitos sociais.

No entanto, para superar a crise de 73, os economistas passaram a pensar outras teorias, é neste cenário que entra em cena os ideais defendidos por Friderich Hayek. Esta nova proposta é oposta à citada anteriormente, tendo em vista, o caráter desregulador adotado pelo Estado.

Para Altvalter (1999) a necessidade de conter a recessão econômica no ano de 73, trouxe como uma de suas conseqüências à crise de paradigmas, pois, houve a necessidade de formular novas teorias tendo em vista a insuficiência dos ideais de Keynes para solucionar a crise do Capital. Segundo o autor:

“A crise de um paradigma aparece quando não só essa ou aquela resposta desse ou daquele cientista às questões colocadas pelo público não são satisfatórias, mas também, quando são insuficientes ou mesmo ridículas”.(ALTVALTER, 1999, p.110).

Portanto, além de uma crise econômica, houve ainda, uma crise social e uma crise dos paradigmas, sendo proposto um modelo neoliberal que defende a contenção de gastos públicos; uma reforma fiscal, ou seja, a diminuição dos impostos pagos pelas grandes empresas; restauração das taxas de desemprego, entre outras medidas.

Os ideais neoliberais tornam-se hegemônicos, sendo adotados no governo Reagan em 1980 nos Estados Unidos da América, no Reino Unido no mandato de Tatcher em 1979, e mais tarde, acaba abarcando todos os países da Europa Ocidental e até mesmo da Europa Oriental. Na América Latina a doutrina neoliberal foi apresentada por Pinochet com a sua ditadura no Chile e, no Brasil, teve como precursor o presidente Collor nos anos 90, se fortalecendo no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Gentili (1995) ao analisar as conseqüências do sistema neoliberal para os países capitalistas chega à conclusão do êxito da doutrina no que se refere ao social, pois ele afirma que as desigualdades sociais entre ricos e pobres nunca tiveram tão a floradas, tendo aumentado a proporção mundial de miseráveis. Mas, economicamente, esta política falhou, porque não houve aumento no ritmo da produção das empresas. A desregulamentação dos fluxos financeiros (o Estado não impõe limites/regras para o movimento do Capital), aliada ao desenvolvimento tecnológico, produziu a possibilidade do capitalista fazer investimentos financeiros, com isso, ele passa a investir nos mercados,

não havendo mais a obrigação de aplicar dinheiro na produção das grandes indústrias, defasando assim, o crescimento econômico.

E a classe proletária, qual é o seu lugar neste novo cenário? Os trabalhadores passam a sofrer com a lei da oferta e da procura, pois, a oferta de emprego é precária, no entanto, a procura é grande, o que faz com que a classe proletária submeta-se a condições desumanas de trabalho, construindo um paradoxo entre a teoria e a prática, porque, pela lei os direitos trabalhistas são garantidos, mas, na prática, não são cumpridos e o trabalhador sabe, no entanto, ele se cala, preferindo sobreviver no seu precário ambiente de trabalho, ao invés de enfrentar o desemprego, afinal: “Sem o seu trabalho o homem não tem honra e sem a sua honra se mata se morre” (Gonzaguinha).

E o cidadão, trabalhador ou não, jovem ou velho, da classe média ou baixa, como sente os efeitos da política neoliberal? Esta doutrina é impregnada de um discurso ideológico que busca embutir no cidadão a necessidade da competição para o seu progresso, dessa maneira, começa a corrida contra o tempo, buscando-se conhecer mais e melhor num período curto não sobrando tempo para se preocupar com o outro, que vira uma pedra no caminho, o “amor ao próximo é visto como démodé” (Renato Russo). Os que não possuem condições financeiras para investir na sua formação sabem que têm poucas chances para inserir-se no mercado de trabalho, assim, muitos acabam adentrando no mundo do crime, afinal, que mal pode estar cometendo um cidadão desempregado ao roubar um saco de leite, enquanto engravatados roubam milhões dos cofres públicos? O que estamos a presenciar é uma banalização da vida, do Direito a vida, pois se morre e se mata por nada. Como cantou Nando reis “o mundo está ao contrário e ninguém reparou”.

Acho que na verdade notamos, vemos, presenciamos o avesso que se encontra o planeta, mas preferimos nos calar, prender o choro, sufocar o grito, para comprovar tal afirmação, cito como exemplo o nosso descaso com a natureza. Sabemos que muitas de nossas ações afetam o meio ambiente e ainda muitos produtos aos quais fazemos uso no nosso dia-a-dia foram produzidos por empresas que poluem desenfreadamente. E o que fazemos? Quase nada, pois continuamos a consumir compulsivamente, andamos nos

nossos automóveis sempre evitando utilizar transporte público, também pudera, com a má qualidade que eles se encontram, o que podemos fazer é repudiá-lo. É certo que estamos tentando fazer a nossa parte: separamos o lixo, economizamos água, mas estas medidas não causam grande impacto perto da poluição causada pelas grandes empresas.

Altvalter (1999) diz existir uma contradição em relação às políticas neoliberais propostas para o meio ambiente e as estabelecidas para a economia, pois, de um lado, defende-se a desregulamentação econômica, de outro, há uma necessidade incondicional de regulamentar a relação da sociedade com a natureza. A solução para este paradoxo está nas mãos apenas dos países ricos, assim, a sustentabilidade ecológica ou não é possível ou se torna praticável apenas sob condições de extrema desigualdade global. Podemos então, nos questionar sobre o conceito de democracia. Segundo o mini dicionário Aurélio, “democracia é o governo do povo; soberania popular; doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder” (Aurélio, 2000, p.208). Segundo Altvalter:

“A democracia e o discurso sobre a ordem democrática são reduzidos a uma versão mínima, que não contém referência a padrões substantivos”. (ALTVALTER, 1999, p.129).

Vivemos, segundo denominou Bóron (1994), numa democracia minimalista, na qual, só a forma de governo é democrática. Um país, como o Brasil, onde quase metade da população vive miseravelmente, em condições precárias não pode ser considerado democrático, apesar de sua forma de governo ser. Uma verdadeira democracia se constrói fornecendo as garantias necessárias aos cidadãos para usufruírem de uma vida digna.

Penso que a atual democracia seja uma forma camuflada de um governo autoritário, pois, a meu ver, é conveniente para os governantes manterem uma democracia envolta por uma sociedade de miseráveis, porque, dessa maneira, fica fácil comprar votos dos cidadãos pobres que estão preocupados com o que vão comer e não com o sistema democrático de seu

país e, muito menos, quem vai governá-lo. Assim, a democracia atual esconde o seu caráter ditatorial, que manipula e compra votos.

Para Chesnais (1999) estamos vivenciando uma crise estrutural ampla, que está atingindo a economia, a sociedade e o meio ambiente. O cenário contemporâneo é desolador – há um ritmo de crescimento econômico decrescente em todos os países; exploração e precarização da mão-de-obra; aumento das desigualdades entre os países e nos países; crescimento do número de miseráveis-Infelizmente a globalização não atinge a todos, pois, por mais irreal que pareça, existem milhares de pessoas que vivem sem usufruir do conforto e das facilidades trazidas pela energia elétrica, por isso, Chesnais afirma ser adequado falar em Mundialização do Capital, em contraposição ao termo globalização. Este, já se incorporou ao vocabulário do senso comum, fazendo com que as pessoas acreditem ser este processo benéfico e extremamente necessário a humanidade.

O termo globalização, criado pelos alunos das escolas de administração norte-americanas, faz entender que tudo se globalizou: o emprego, o acesso à tecnologia... No entanto, vemos recentemente nos noticiários pessoas sendo deportadas de países que lá ingressaram com o intuito de conseguirem um emprego e há, ainda, cidadãos que são impedidos de entrarem no país de destino, permanecendo dias nos aeroportos, não conseguindo concretizar o sonho de ter um salário pago em dólar, ou melhor, em euro.

Ao analisar este cenário de exclusão, Chesnais usa o termo Mundialização do Capital, afim, de destacar que o que é global é o dinheiro, tendo ele, livre acesso para entrar e sair onde e quando achar mais apropriado. Para Santos (2000) é apresentada a sociedade, um discurso que afirma estarmos diante de um mercado global, avassalador, quando, na verdade, as diferenças sociais, econômicas e culturais, entre ricos e pobres, são aprofundadas. Segundo ele:

“Estamos, de fato, diante da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realização do mundo atual exige como condição essencial o exercício de fabulações”. (SANTOS, 2000, p.19).

A sociedade está vivendo uma crise civilizatória e, segundo a minha perspectiva, a superação de tal crise só será possível com a adoção de perspectivas e práticas revolucionárias que atinjam o mundo todo e para que as pessoas tenham a consciência de que é possível a concretização de uma reforma social e econômica, é necessário proporcionar a elas uma educação para além do capital, esta foi defendida por Mészáros. Mas, é preciso que tenhamos a clara percepção de que é:

“Necessário romper com a lógica do Capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p.27).

Na atual sociedade Capitalista, uma mudança radical na educação não será alcançada, pois, para o seu êxito, é necessária uma mudança no sistema, tendo em vista que as soluções para o ensino não podem ser completamente invertidas, se a lógica do Capital permanecer intacta.

PDE e o Ensino Profissionalizante

As propostas contidas no PDE em relação ao ensino profissionalizante vêm sendo desenvolvidas apoiando-se numa perspectiva neoliberal de ensino, a qual enfatiza a necessidade de formar cidadãos aptos para atuarem no mercado de trabalho e não para serem críticos e emancipados intelectualmente.

Antes de esboçar as principais diretrizes contidas no PDE em relação ao ensino profissionalizante, achei que fosse de extrema importância fazer uma breve retrospectiva histórica dissertando sobre quando, como e porque esta modalidade de ensino começou a fazer parte do cenário educacional.

A formação profissional, desde sua origem, sempre foi entendida como uma modalidade reservada às classes menos favorecidas, havendo uma nítida distinção entre as elites que detinham o saber e o poder (a quem eram

destinadas escolas regulares e cursos superiores) e as massas, que executavam serviços braçais (a quem eram ofertados os cursos de educação para o trabalho esperando, com isso, facilitar-lhes a empregabilidade e a manutenção da economia capitalista).

No Brasil, os cursos profissionalizantes surgem como uma medida de caráter tópico, especificamente destinados a educar, de maneira eficaz, órfãos e desamparados, tentando diminuir a ociosidade, a mendicância e a violência. A primeira notícia de um esforço no sentido de oferecer formação profissional no país é encontrada em 1809, quando D. João VI, ainda príncipe regente, fundou o “Colégio das Fábricas”, após suspender o funcionamento das indústrias manufatureiras no Império. Em 1816, criou também a Escola de Belas Artes com o intuito de estabelecer o ensino das ciências e do desenho para os ofícios mecânicos.

Em meados do século XIX, surgiram várias sociedades civis, que, pela primeira vez, propuseram cursos profissionalizantes distantes do objetivo de amparar crianças órfãs e abandonadas, oferecendo a filhos de camponeses e operários um ensino prático, teórico e de iniciação ao ensino industrial. Mas, nas primeiras décadas do século XX, o ensino profissionalizante ainda possuía o mesmo perfil do período imperial, apesar de o Brasil já ser uma república. Continuava preconizando o objetivo de atender aos “desvalidos da sorte e órfãos” ou aos “filhos das classes operárias”, num momento em que o Estado buscava se organizar e formar sujeitos-trabalhadores, mão-de-obra barata para as poucas fábricas existentes no país.

Desde 1906, o ensino profissional brasileiro estava sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e tinha, como principal objetivo, o incentivo ao desenvolvimento industrial, comercial e agrícola.

Com a criação do Conselho Nacional de Educação, em 1931, efetivou-se uma ampla reforma educacional feita pelo então ministro Francisco Campos. Ele criou o Ensino Comercial, que passou a atender às classes trabalhadoras, funcionando completamente desvinculado do sistema escolar e sem dar acesso ao nível superior.

Em 1942, foram efetivadas pelo então ministro da educação e saúde pública - Gustavo Capanema – significativas mudanças educacionais, através de leis orgânicas. Oficializando a seletividade e servindo de controle político-ideológico, essa reforma acentuou ainda mais a elitização do ensino, estabelecendo leis específicas à preparação intelectual ou formação de mão-de-obra para atendimento das necessidades do mercado.

Em meados dos anos 90, devido à instauração da Nova República, difundiu-se um clima de democratização e de participação social, que levou à mobilização de educadores e políticos, visando à elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBN 9394/96).

Em 16 de Julho de 2008, foram alterados dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

A Educação Profissional ganha espaço a partir do PDE, que foi lançado pelo governo federal no primeiro semestre de 2007, nele contém um conjunto de medidas articuladas visando à melhoria do ensino público no país. Porém, o que podemos constatar é que as suas propostas têm o intuito de beneficiar algumas instituições privadas e deteriorar o serviço público brasileiro. Um projeto de lei enviado a câmara dos deputados regulamenta os artigos da LDB, expostos anteriormente, que tratam da educação profissional integrada ao sistema regular de ensino nos diferentes níveis e modalidades.

Segundo o PDE, a articulação entre o Ensino Médio e o ensino Profissionalizante, tem como objetivo elevar a escolaridade do aluno e criar alternativas para que o ensino regular se aproxime do mercado de trabalho.

O MEC vai reorganizar o modelo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com a criação dos Institutos federais de educação tecnológica (Ifets). Os Ifets serão instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, desde

educação de jovens e adultos profissionais até doutorado profissional. As instituições federais de educação profissional se inscreverão voluntariamente para fazer parte do novo modelo.

Metade do orçamento dos Ifets será destinada a oferta de cursos profissionalizantes de nível médio. A proposta visa fortalecer o ensino técnico integrado ao médio, a educação de jovens e adultos e a formação inicial e continuada de trabalhadores da educação. Na educação superior, 20% dos investimentos serão destinados a cursos de licenciatura em física, química, matemática e biologia para formação pedagógica de professores e especialistas nessas disciplinas.

Para Ferretti pesquisador na área da educação profissionalizante, o ensino técnico acaba por referendar a idéia de que parte da população não pode ou não teria interesse de ter acesso à educação superior, neste sentido, o ensino profissionalizante passa a ser uma negação de direitos, por outro lado, pode ser uma afirmação de direitos, na medida em que, efetivamente, parte da população, que possa não ter condições efetivas de ingressar em Universidades públicas ou pagar ensino superior, teria pelo menos algum tipo de formação que lhe permitiria algum tipo de inserção, ainda que mais precarizada, no mercado de trabalho.

Ao ler as propostas contidas no PDE, não só para a educação profissionalizante, mas também, para os demais níveis de ensino, fica evidente o perfil do cidadão que o Estado busca formar, ou seja, um indivíduo alienado, acrítico, mero cumpridor de ordens, apto para vender sua mão de obra.

Considerações finais

Estamos presenciando na contemporaneidade, uma globalização perversa, onde o número de miseráveis aumenta de forma alarmante, a fila de desempregados cresce infinitamente e as classes médias perdem em qualidade de vida.

O Estado, que antes tinha a função de fornecer Direitos, passa a ser apenas o controlador dos serviços financiados pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo o pensador marxista Claus Offe:

“Em momentos de profunda assimetria nas relações entre os proprietários de capital e proprietários da força de trabalho o Estado a partir de suas políticas sociais, atua como regulador das relações sociais a serviço da manutenção do modelo capitalista”. (Lenhardt & Offe, apud, Hofling, 2001, p.34).

Nesta perspectiva podemos pensar nos objetivos da política educacional voltados estritamente para a qualificação da força de trabalho, atendendo ao chamado das políticas neoliberais, que vê na educação uma forte aliada para formar mão de obra qualificada, a fim de atender determinados interesses das indústrias.

Rosar e Krawczyk (2001) realizaram estudos comparando os sistemas educacionais dos países latinos – americanos mais especificamente, Brasil e Argentina. Tais pesquisas mostram as reformas que vêm ocorrendo no ensino a fim de contemplarem as exigências propostas pelo Banco Mundial e demais órgãos internacionais.

A crítica que precisa ser feita é em relação à homogeneização destas propostas, pois, a reforma visa abarcar a educação de diversos países, sendo eles, distintos, cada qual com as suas especificidades, como pode então, ser possível haver mudanças significativas e de qualidade no sistema educacional, se não são propostas mudanças que levem em consideração as diferenças concretas de cada país?

Os órgãos internacionais - FMI, BM, entre outros - visam à mudança do ensino para que os cidadãos se enquadrem nas exigências do atual sistema, que precisa de mão de obra qualificada, para aflorar o desenvolvimento econômico dos países capitalistas. As propostas contidas no PDE em relação ao ensino profissionalizante, que visa, principalmente, a integração deste com as demais modalidades de ensino – Ensino Médio, EJA e Ensino Superior-busca concretizar a adoção de um ensino voltado para formar técnicos.

Com o ensino voltado à formação técnica e profissional o estudante perde demasiadamente em conteúdo, pois ele não terá acesso aos grandes clássicos, ao conhecimento historicamente construído, dessa forma, o indivíduo não terá a oportunidade de construir uma visão crítica em relação ao seu meio e ao mundo.

A educação, sendo ela, um dos mecanismos fundamentais, mais não o único, para a construção de uma sociedade igualitária, deve proporcionar ao indivíduo conhecimento crítico e não somente e exclusivamente, conhecimento técnico, pois, é dotado de uma bagagem contestadora e do conhecimento dos seus direitos, que o cidadão poderá lutar pelos seus ideais e principalmente por justiça social

Referências

AFONSO, A. J. **Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional.** In: Educação & Sociedade. Campinas:CEDES, n. 75, PP. 15-32

ALTVALTER, E. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, A. [ET AL.]. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23

AZEVEDO, J. M. L. **Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal.** In: Educação & Sociedade. Campinas: CEDES, n. 80, pp. 49-71

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E. GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz eTerra, 1995, pp. 63-118

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

CHESNAIS, F. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In: HELLER, A. [ET AL.]. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, pp. 77-108

HOFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. In: Cadernos CEDES nº 55, Políticas Públicas e Educação, 2001, pp.30-41.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.

VALENTE, I. **Plano Nacional da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 9-42

ROSAR, M.F.F., KRAWCZYC, N.R. **Diferenças da homogeneidade: elementos para o estudo da política educacional na América Latina**. In: Educação & Sociedade. Campinas: CEDES, n. 75, pp. 33-47

SANTOS, L.L. de C.P. **Políticas públicas para o ensino fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB)**. In: Educação & Sociedade. Campinas: CEDES, n. 80, pp. 349-370

SANTOS, Milton (2000) **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**, Record, São Paulo.